

FATORES SOCIOECONÔMICOS E O DESEMPENHO DOS ESTUDANTES DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENADE

SOCIOECONOMIC FACTORS AND PHYSICAL EDUCATION STUDENTS' PERFORMANCE ON ENADE

Antonio Evanildo Cardosos de Medeiros Filho¹

Lucas Souza Silva²

José Airton de Freitas Pontes Junior³

RESUMO

O estudo teve como objetivo associar os fatores socioeconômicos com o desempenho dos estudantes de Educação Física no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE). Trata-se de um estudo do tipo descritivo, exploratório, de característica quantitativa e temporalidade transversal. Participaram do estudo 15.400 estudantes do ENADE 2017. Os resultados apontam maior desempenho dos discentes que não possuíam renda, mas que tiveram seus gastos financiados por programas governamentais, estudantes que não trabalharam durante a graduação e aqueles que receberam bolsas remuneradas na qual foram ofertadas pelas instituições. Faz-se necessário a realização de novas pesquisas de cunho exploratório/investigativo que busquem identificar possíveis associações de mais variáveis com o desempenho acadêmico, tanto no Ensino Superior, quanto na Educação Básica.

Palavras-chave: Educação Superior; Avaliação educacional; Aprendizagem.

ABSTRACT

The study aimed to associate the socioeconomic factors with the performance of Physical Education students on the National Exam of Student Performance (local acronym ENADE). This is a descriptive, exploratory and transversal study, with a quantitative approach. 15,400 students took ENADE 2017. The results indicate a better performance by the students who had no income but had their expenses financed by governmental programs, students who did not work during undergraduation years, and those who received scholarships offered by the institutions. Thus, new exploratory/investigative research is needed to identify possible associations of more variables with academic performance, both in Higher and Basic Education.

Key-words: Higher Education; Educational assessment; Learning.

¹ Doutorando em Educação pela Universidade Estadual do Ceará (PPGE/UECE). Professor da Universidade Regional do Cariri (URCA/UDI). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4442-162X>. Email: evanildo.cardoso@urca.br

² Graduando em Educação Física pela Universidade Regional Cariri (URCA/UDI). Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3185-3033>. Email: lucas.souza@urca.br

³ Doutor em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professor da Universidade Estadual do Ceara (UECE). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2045-2461>. Email: jose.airton@uece.br

1 INTRODUÇÃO

As vertentes educacionais têm fomentado discussões significativamente importantes em relação ao progresso, ingresso na Educação Básica e Superior e avaliação da aprendizagem em larga escala (LIMA, 2018). Foi possível acompanhar tais avanços e transformações em educação a partir da constituição da lei de nº 10.861, de 14 de abril 2004, na qual emergiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) (BRASIL, 2004).

O sistema avalia cursos, instituições e desempenho acadêmico. Com base nesses parâmetros, o SINAES busca investigar diversos fatores que estão associados às escalas de avaliação da aprendizagem, desde políticas públicas até mesmo as práticas de ensino, pesquisa e extensão em cursos de graduação objetivando aproximação da realidade discente com o Ensino Superior (PINTO; MELLO; MELO, 2016). Destaca-se ainda que, compondo a estrutura física do documento, o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) emerge como forma de acompanhar o progresso dos discentes no período de conclusão dos cursos de graduação com base nos conteúdos dispostos nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN's).

Neste sentido, recentes pesquisas têm evidenciado que o desempenho acadêmico ainda no decorrer da Educação Básica é um relevante preditivo em escalas sociais e posteriormente ao Ensino Superior (OLIVEIRA et al., 2019; AUGUSTO JÚNIOR et al., 2019). Contudo, vale destacar que os processos educacionais por sua vez, são atrelados por diversas lacunas, tais como a situação socioeconômica do indivíduo e familiar, histórico educacional da família, vínculo do escolar com os estudos e aspectos emocionais (WINDING; ANDERSEN, 2015; MEDEIROS FILHO et al., 2019).

É de fundamental importância ressaltar que em decorrência do desempenho discente, os fatores associados repercutem de forma direta ou não no que diz respeito aos resultados positivos que são evidenciados pelas médias estabelecidas nas universidades (MOLETA; RIBEIRO; CLEMENTE, 2017). Com essa perspectiva, é plausível salientar no que se refere aos resultados satisfatórios de desempenho que os discentes pertencentes a programas de iniciação científica de natureza remunerada apresentam em relação aos que não fazem parte de tais projetos (ARAUJO; ANDRIOLA; COELHO, 2018).

Nesta vertente, frequentes estudos evidenciaram o fator de renda (socioeconômico) como sendo um dos principais que repercutem em déficits no progresso educacional, quando este é predominantemente baixo em relação à distribuição de renda per capita nos

núcleos familiares, tornando esta uma constante discussão em pesquisas (RASUL; BUKHSH, 2011; FERREIRA, 2015; NOGUEIRA; TSUNODA, 2015).

Conforme o Plano Nacional de Educação-PNE (BRASIL, 2014), as metas 12, 13 e 18 explanam as estratégias com relação ao enaltecimento do ensino básico, garantir e expandir o número de matrículas da rede pública, qualificação da educação superior assegurando a implantação de cursos de mestrado e doutorado na vertente da educação e amplificação do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) (LEITE; CAMARGO PALMEN, 2017; CAMARGO; NUNES, 2017).

Perante tais fatores, ressalta-se a relevância dos princípios avaliativos para um levantamento de características provindas do alunado, buscando diagnosticar de forma clara as diversas situações que remetem às vertentes de ensino na qual possa ser tomada medidas intervencionais em alusão às necessidades dos discentes (OLIVEIRA; SILVA, 2012).

Reconhecer tais parâmetros engrandece e favorece o cenário de discussão política no que se refere à Educação Básica e Superior, na qual pode colaborar com o processo de melhoria em larga escala de avaliação da aprendizagem, implantação e reformulação de políticas sociais estudantis, bem como no planejamento escolar (BERTOLIN; MARCON, 2014). Diante do que foi discutido, o estudo teve como objetivo analisar se há associação entre os fatores socioeconômicos com o desempenho dos estudantes de Educação Física no ENADE.

2 METODOLOGIA

Estudo do tipo descritivo, exploratório de característica quantitativa e temporalidade transversal (THOMAS; NELSON; SILVERMAN, 2012). A amostra foi composta de 15.400 ($26,52 \pm 6,43$ anos de idade) estudantes na qual tiveram validação de suas respostas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) no ENADE 2017.

Foram utilizados dados secundários, nos quais foram consultados por meio da plataforma (<http://portal.inep.gov.br/microdados>), em forma de microdados. Para análise dos dados foi utilizado o Software SPSS versão 22,00, em que possibilitou a organização das variáveis e a realização de estatísticas descritiva. Destaca-se que as médias de desempenho foram apresentadas em uma escala de 0-100.

O ENADE é composto por 40 questões, sendo 5 questões discursivas e 35 objetivas de múltipla escolha, além 9 questões acerca da percepção discente sobre a prova, 13 questões para os estudantes de licenciatura e 68 do questionário do estudante. Desse modo a prova se divide em dois componentes, sendo o primeiro “Formação geral” contendo 10 questões, das quais 08 são objetivas e 02 discursivas e o segundo “Conhecimento específico” com 30 questões divididas em 27 objetivas e 03 discursivas.

O questionário do estudante é constituído por 68 questões contemplando informações demográficas dos estudantes, percepção dos estudantes sobre a organização didático-pedagógica e sobre a infraestrutura e instalações físicas da instituição de ensino. Para o presente estudo foi utilizada as médias das questões discursivas e objetivas do componente específico e as variáveis demográficas do referido questionário.

No mais, a pesquisa seguiu as advertências dispostas na resolução nº 510/16 nos termos do art 1º, cláusula “V - pesquisa com bancos de dados, cujas informações são agregadas, sem possibilidade de identificação individual” (BRASIL, 2016).

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na Tabela 1 podem ser observadas características relacionadas às condições financeiras. Dentre os maiores desempenhos destacam-se os estudantes que não têm renda, porém tem seus gastos financiados por programas governamentais. Nota-se também um maior desempenho por parte dos estudantes que não trabalham e daqueles que receberam bolsa oferecida pela própria instituição e ProUni integral para custear todas ou a maior parte das mensalidades, respectivamente.

Tabela 1. Características das condições financeira dos estudantes que podem estar associados ao desempenho acadêmico (média de 0-100).

	Geral	IES		Regiões geográficas				
		Púb	Priv	N	ND	SD	S	CO
Renda total familiar								
Até 1,5 salário mínimo (até R\$ 1.405,50).	40,5	44,3	39,3	40,9	42,2	40,8	37,0	42,7
De 1,5 a 3 salários mínimos (R\$ 1.405,51 a R\$ 2.811,00).	42,1	45,6	41,3	41,3	44,3	42,6	40,4	41,5
De 3 a 4,5 salários mínimos (R\$ 2.811,01 a R\$ 4.216,50).	43,4	46,5	42,7	40,9	44,6	43,7	43,0	43,2
De 4,5 a 6 salários mínimos (R\$ 4.216,51 a R\$ 5.622,00).	44,0	46,1	43,5	43,1	44,7	45,0	42,2	44,5
De 6 a 10 salários mínimos (R\$ 5.622,01 a R\$ 9.370,00).	46,2	48,8	45,1	45,2	48,7	46,3	45,6	44,9
Acima de 10 (R\$ 9.370,01)	46,1	49,4	44,9	42,2	47,9	46,1	46,3	46,6

Situação financeira (incluindo bolsas)								
Não tenho renda e meus gastos são financiados por programas governamentais.	43,5	47,4	42,3	41,8	43,4	44,5	41,7	43,9
Não tenho renda e meus gastos são financiados pela minha família ou por outras pessoas.	41,9	45,9	40,5	41,0	43,5	42,8	38,6	42,3
Tenho renda, mas recebo ajuda da família ou de outras pessoas para financiar meus gastos.	43,3	47,0	42,3	42,6	44,6	43,4	42,5	43,6
Tenho renda e não preciso de ajuda para financiar meus gastos.	41,5	43,1	41,0	39,6	45,1	41,0	41,1	41,3
Tenho renda e contribuo com o sustento da família.	41,5	43,5	41,1	40,2	42,4	42,4	39,6	42,6
Sou o principal responsável pelo sustento da família.	41,8	44,1	41,3	43,2	42,5	42,8	39,2	44,1
Situação de trabalho (exceto estágio ou bolsas)								
Não estou trabalhando.	43,3	40,8	40,8	39,9	45,7	41,9	37,0	45,8
Trabalho eventualmente.	41,6	38,1	35,2	35,2	41,2	37,0	27,2	37,7
Trabalho até 20 horas semanais.	42,0	39,4	36,7	46,5	26,9	38,5	33,7	35,2
Trabalho de 21 a 39 horas semanais.	43,2	43,0	40,6	35,5	50,0	40,8	37,3	45,5
Trabalho 40 horas semanais ou mais.	41,5	46,3	42,4	46,1	41,4	43,8	40,2	42,1
Bolsa de estudos ou financiamento do curso você recebeu para custear todas ou a maior parte das mensalidades								
Nenhum, pois meu curso é gratuito.	35,6	49,3	35,6	35,9	51,8	33,8	35,6	50,4
Nenhum, embora meu curso não seja gratuito.	35,2	77,6	35,2	34,6	44,4	41,2	31,6	23,2
ProUni integral.	58,4	29,6	58,4	47,0	65,2	45,4	51,1	53,95
ProUni parcial, apenas.	47,1	23,7	47,1	36,1	55,8	46,6	47,1	33,7
FIES, apenas.	23,2	30,1	23,2	52,1	35,1	45,5	41,1	41,5
ProUni Parcial e FIES.	41,5	29,6	41,5	57,4	48,4	25,8	61,8	55
Bolsa oferecida por governo estadual, distrital ou municipal.	53,95	45,1	54,0	42,7	50,5	59,4	50,6	58,4
Bolsa oferecida pela própria instituição.	61,8	25,8	61,8	73,8	32,1	54,3	44,4	35,2
Bolsa oferecida por outra entidade (empresa, ONG, outra).	40,6	33,2	40,6	72,1	45,4	51,5	31,3	40,6
Financiamento oferecido pela própria instituição.	35,6	49,3	35,6	35,9	51,8	33,8	35,6	50,4
Financiamento bancário.	35,2	77,6	35,2	34,6	44,4	41,2	31,6	23,2
Auxílio permanência								
Nenhum.	42,0	44,9	41,4	41,0	42,9	42,7	40,5	42,7
Auxílio moradia.	48,4	48,4	48,5	44,7	51,9	46,7	39,0	54,3
Auxílio alimentação.	48,4	49,9	41,5	50,0	50,3	48,1	43,6	50,0
Auxílio moradia e alimentação.	47,3	48,5	41,5	49,1	47,7	47,4	46,0	45,3
Auxílio permanência.	48,2	49,5	43,6	47,2	48,3	52,4	47,1	41,2
Outro tipo de auxílio	43,8	47,1	41,9	42,2	45,5	42,8	44,7	43,8

Fonte: Elaboração própria.

Legenda: Categoria administrativa (Púb – Público; Priv – Privado)

Regiões geográficas (N-Norte; ND-Nordeste; SD-Sudeste; S-Sul; CO-Centro-Oeste).

Em relação aos menores desempenhos, nota-se na tabela acima que pertencem aos estudantes que não receberam financiamento para custear todas ou a maior parte das mensalidades, bem como os que receberam financiamento bancário e que possuem renda familiar total de até 1,5 salários mínimo.

Também é possível observar que os estudantes que têm renda, porém, não discorrem de ajuda para financiar os gastos e os estudantes que possui renda e contribui com o sustento da família, assim como aqueles que trabalham 40 horas semanais ou mais também apresentaram um menor desempenho.

Quando se trata das condições financeiras o desempenho se coloca em uma posição influenciável por fatores externos independentes da motivação do estudante com os estudos. As políticas de ação afirmativa e inclusão social foram criadas como forma de minimizar as desigualdades dentro da universidade, oportunizando aos estudantes de menor condição financeira ou socioeconômica a permanência efetiva no curso superior (IMPERATORI, 2017). A escolha entre o trabalho remunerado ou o estudo ainda é comum para estudantes que necessitam de uma renda para se manter cursando de forma integral os seus respectivos cursos na graduação (MACIEL; LIMA; GIMENEZ, 2016).

Contudo, estudantes que recebem auxílio financeiro de origem governamental para custear sua trajetória na universidade têm maiores oportunidades de participar de formações endógenas e exógenas a universidade. Nas universidades públicas as bolsas de iniciação acadêmico-científica e auxílio permanência são as que possuem maior número em relação a essa finalidade. Já nas universidades privadas o Fies e o ProUni são os solicitados, devido o amparo ao que se refere as esferas socioeconômicas (APRILE; BARONE, 2018).

Uma vez que as oportunidades de custeio não são oferecidas aos estudantes, a maior parte tem que recorrer a uma dupla jornada ao buscar conciliar os estudos e o trabalho. Com cargas horárias de trabalho incompatíveis com as da universidade, os estudantes tendem a abandonar o curso ou diminuir o número de disciplinas por semestre, atrasando o fluxo e limitando a ideia de continuidade. Tal fato tende a retardar a formação e conseqüentemente comprometer a qualidade do aproveitamento do curso (SCHLESENE; PEREIRA, 2015).

No entanto, os estudantes que recebem financiamento, como as bolsas de iniciação científica, tendem a dedicar maior parte do seu tempo somente ao estudo. Além disso, a carga horária das bolsas é preenchida por atividades do próprio curso. Ou seja, o aluno estuda e exercem atividades da sua área de modo a contemplar a pesquisa, extensão, monitoria, entre outras. As políticas de bolsas acadêmicas têm planos que projetam a formação externa do estudante, isto é, a carga horária da formação é maior, o que pode influenciar positivamente no desempenho acadêmico (BECHI, 2017).

Dentre as políticas de bolsas de financiamento, tanto o ProUni, quanto o Fies possui um caráter inclusivo, atendendo os estudantes de baixa renda. Estudantes provenientes desses programas governamentais passam a ter maiores possibilidades de custear o ingresso e/ou despesas ao ingressar em uma universidade particular, assim como investir em formação continuada, como são os casos de cursos, especializações, trabalhos de monitoria e pesquisa (COSTA; FERREIRA, 2017).

É importante lembrar que as universidades particulares geralmente tem carga horária reduzida a um turno de estudo, o que facilita a conciliação do estudo e trabalho. Nas universidades públicas os cursos de licenciatura em Educação Física geralmente são integrais, logo a ideia de trabalho e estudo é prejudicada. Em ambas as instituições, a renda baixa dos estudantes é um fator preponderante na formação, e o auxílio externo, como das políticas educacionais, pode contribuir na permanência e qualidade da formação inicial (CHAVES, 2016).

Ao falar em igualdade de oportunidades, se recorre ao conceito de equidade no Ensino Superior. Nesse contexto, a renda familiar de grande parte dos brasileiros por família não passa de dois salários mínimos. Essa realidade pode interferir de forma negativa no envolvimento efetivo dos estudantes na universidade, como por exemplo, em cursos, eventos científicos, compras de materiais didáticos-pedagógicos, alimentação dentre outros (DUBET, 2015).

Desse ponto de vista, estudantes com menor renda familiar possuem menores condições de custear e de investir na formação acadêmica, enquanto que os discentes com maior renda representam o papel inverso. Diante dessa realidade, a equidade de oportunidades tem que partir do pressuposto de aproximar o máximo possível financeiramente os estudantes de diferentes condições socioeconômicas ou garantir as mesmas oportunidades e vivências (BECHI, 2017).

Em referência as desigualdades dos aspectos financeiros estudantis, podem ser observadas desde a escolarização básica, na qual diferentes grupos socioeconômicos ocupam escolas diferentes, recebendo investimentos e incentivos em proporções que mantêm ou acentuam as diferenças em condições herdadas (BOLAN; MOTTA, 2015).

A renda reflete as condições de custeio de maiores oportunidades do acesso à educação de maneira mais abrangente, como é o caso do acesso à cultura, leitura, atividades complementares, idiomas entre outras possibilidades. As formações extracurriculares em escolas de maior mensalidade acontecem dentro e fora da escola,

contribuindo para um melhor preparo dos estudantes para o ingresso em universidades públicas (SOUZA; BRANDALISE, 2017).

Antes da expansão das Instituições de Ensino superior (IES) no Brasil, uma grande parcela dos estudantes que ingressaram nas universidades era proveniente de instituições de Educação Básica privada ou que possuíam maiores condições financeiras. Mas com o crescimento do número de instituições e políticas como de cotas raciais e sociais, estudantes de diferentes perfis socioeconômicos passaram a integrar nesse nível de ensino (WAINER; MELGUIZO, 2018). No entanto, esses estudantes vêm obtendo um menor desempenho nas avaliações, assim como identificado por essa investigação referente aos estudantes de licenciatura em Educação Física no ENADE.

A grande parte das IES brasileiras é de cunho privado. Porém, mesmo com a carga horária mais acessível ao trabalho, estudantes dessas instituições que trabalham têm menor desempenho que os estudantes de instituições públicas que têm o mesmo regime trabalhista. Diferentes fatores podem estar associados a essa evidência, como é o caso dos processos seletivos ou exames que os estudantes precisam passar para o ingresso nas IES públicas, que por consequência seleciona os estudantes mais preparados (NUNES, 2018).

Com relação à jornada dupla de universidade e trabalho, os estudantes que conseguem se manter financeiramente e estudar com carga horária acessível, como “trabalhando eventualmente” mantêm um desempenho considerado satisfatório. Cabe destacar que a capacidade de permanecer financeiramente na instituição pode possibilitar uma melhor qualidade da formação. Um dos motivos para isso é o envolvimento desses estudantes em formação extracurricular custeada. Porém, quando a carga horária de trabalho é excessiva (40 horas ou mais) pode interferir de forma negativa na qualidade da formação, bem como favorecer a evasão do estudante (ROWE, 2008).

A disponibilidade de tempo livre para estudos não assume ligação direta com o desempenho, tendo em vista que estudantes que não trabalham nem sempre têm melhores desempenhos. Pois, fatores como distrações, ausência de ligação entre a vida acadêmica com a pessoal ou, até mesmo o pouco dinheiro para o investimento nos estudos pode interferir nos níveis de aprendizagem desses estudantes (NUNES, 2018).

Outro fator importante que pode ocorrer é a gestão do tempo. Indivíduos que estudam e trabalham (exceto com carga horária excessiva) tendem a programar melhor sua carga horária de estudo, habilidade essa que nem sempre quem não trabalha possui. Dessa forma, estudar e trabalhar requer maturidade e um bom planejamento (ROWE, 2008).

Diante desses resultados, verificou-se que os fatores relacionados à renda ou condições financeiras dos estudantes de licenciatura em Educação Física acabam tendo associações com desempenho no ENADE. Além disso, mesmo com as oportunidades de inclusão e políticas públicas com foco em minimizar as desigualdades as divergências entre os diferentes perfis dos estudantes, ainda carece de maior atenção, desde a Educação Básica ao Ensino Superior.

Aproximando-se do fim dessa discussão, apontaremos alguns estudos com o foco na Educação Básica que também vem evidenciando diferentes fatores que podem estar associados ao desempenho nas avaliações externas. Como exemplo, Leão (2015) constatou que o desempenho em Matemática dos estudantes do terceiro ano do ensino médio pode estar associado a diferentes fatores assim como as seguintes associações: a) os alunos que trabalham possuem notas esperadas maiores do que aqueles que não trabalham; b) alunos com histórico de reprovação tem nota esperada menor em comparação aos alunos que nunca reprovaram e c) alunos que cumprem com as atividades de casa têm notas esperadas maiores dos que não fazem.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao objetivar associar os fatores socioeconômicos com o desempenho dos estudantes de Educação Física no ENADE 2017 foi possível apontar, dentre outros fatores, que o desempenho acadêmico abrange desde os fatores de horas destinadas aos estudos, tipo de escolaridade em relação ao ensino básico, sobretudo, as variáveis de renda/socioeconômicas que nitidamente foram diagnosticadas no decorrer da pesquisa. Dessa forma, podemos concluir que o maior desempenho foi diagnosticado perante os estudantes que por sua vez, não possuíam uma renda, porém, dispunham de gastos financiados a partir da contemplação de programas governamentais, na qual amparou e ofertou o mecanismo de mantimento integral para a finalização do referido curso.

Além disso, é oportuno ressaltar também um maior desempenho dos discentes que em seu período de graduação não necessitaram prestar serviços remunerados fora do âmbito acadêmico, haja vista que os mesmos não cumpriam jornada dupla, possibilitando uma maior destinação a horas de estudos.

Contudo, os menores desempenhos estão associados aos acadêmicos cuja renda total familiar não ultrapassava 1,5 salários (um salário e meio) e dos discentes que durante o

processo de graduação precisaram cumprir serviços remunerados na qual a carga horária alcançou o somatório de 40h/semanais ou mais.

Como medida de intervenção para suprir as necessidades do público caracterizado com “baixo desempenho” sugerimos que os mecanismos que proporcionam amparo, ingresso e mantimento dos mais pobres na Educação Básica, bem como na Educação Superior sejam cada vez mais acessíveis e de livre acesso, garantindo que a parcela tida como mais abastada em relação aos fatores socioeconômicos possam usufruir dos processos educacionais, se qualificar para o mercado de trabalho e participação na vida social.

Por fim, sugerimos que novas pesquisas sejam realizadas em prol de cada vez mais, diagnosticar os fatores que estão associados ao desempenho acadêmico nas diferentes etapas e níveis de ensino, visando metodologias empíricas para uma melhor análise dos indivíduos que estão sendo investigados, bem como testes estatísticos mais robustos para essa situação, como análise multinível.

6 REFERÊNCIAS

APRILE, M. R.; BARONE, R. E. M. Educação superior: políticas públicas para inclusão social. **Revista @mbienteeducação**, v. 2, n. 1, p. 39-55, 2018. Disponível em: <<http://publicacoes.unicid.edu.br/index.php/ambienteeducacao/article/view/534>>. Acesso em: 12 maio 2020.

ARAUJO, A. C.; ANDRIOLA, W. B.; COELHO, A. A. Programa institucional de bolsa de iniciação à docência (PIBID): desempenho de bolsistas versus não bolsistas. **Educação em Revista**, v. 34, 2018. Doi: doi.org/10.1590/0102-4698172839.

AUGUSTO JUNIOR, R. G.; CARMINATI, G. A. R.; RAABE, A. L. A.; TEIVE, R. C. G. Descoberta de Conhecimento para Identificação de Fatores que Influenciam o Desempenho Discente. **Informática na educação: teoria & prática**, v. 22, n. 3, 2019. Doi: doi.org/10.22456/1982-1654.93052.

BECHI, D. As reformas da educação superior e as metamorfoses do trabalho docente na economia capitalista flexível. **Revista Internacional de Educação Superior**, v. 3, n. 1, p. 203-223, 2017. Doi: <https://doi.org/10.22348/riesup.v3i1.7733>.

BRASIL. **Lei 10.861, de 14 de abril de 2004**. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras Providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 15 abr. 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-006/2004/lei/110.861.htm>. Acesso em: 12 maio 2020.

BRASIL, MEC. Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura,

cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. **Diário Oficial da União**, 2015. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/agosto-2017-pdf/70431-res-cne-cp-002-03072015-pdf/file>>. Acesso em: 12 maio 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 24 Maio. Seção 1, 44-46, 2016. Disponível em <<http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>>. Acesso em 12 maio 2020.

BOLAN, V.; MOTTA, M. V. Responsabilidade social no Ensino Superior. **Revista de Educação**, v. 10, n. 10, 2015. Disponível em: <<http://pgsskroton.com.br/seer/index.php/educ/article/view/2154>>. Acesso em: 12 maio. 2020.

BERTOLIN, J. C. G.; MARCON, T. O (des)entendimento de qualidade na educação superior brasileira: das quimeras do provão e do ENADE à realidade do capital cultural dos estudantes. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas, v. 20, n. 1, p. 105-122, mar. 2014. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/2191/219138341007.pdf>>. Acesso em: 12 maio 2020.

CARDOSO, E. A. M.; NUNES, C. P. O Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR): o ideal e a realidade vigente. **Educação & Formação**, v. 2, n. 6, p. 54-69, set./dez. 2017. Doi: doi.org/10.25053/edufor.v2i6.2011.

CHAVES, V. L. J. Política de expansão da educação superior no Brasil—O PROUNI e o FIES como financiadores do setor privado. **Educação em Revista**, v. 32, n. 4, 2016. Disponível em: <<http://submission.scielo.br/index.php/edur/article/view/162030>>. Acesso em: 12 maio 2020.

COSTA, D. D.; FERREIRA, N. I. B. O PROUNI na educação superior brasileira: indicadores de acesso e permanência. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, v. 22, n. 1, p. 141-163, 2017. Disponível em: <<https://submission3.scielo.br/index.php/aval/article/view/152869>>. Acesso em: 12 maio. 2020.

DUBET, F. Qual democratização do Ensino Superior?. **Caderno CrH**, v. 28, n. 74, p. 255-266, 2015. Disponível em: <<https://rigs.ufba.br/index.php/crh/article/view/19896>>. Acesso em: 12 maio 2020.

FERREIRA, M. A. **Determinantes do desempenho discente no ENADE em cursos de ciências contábeis**. 2015. 124f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Programa de Pós-graduação em Ciências Contábeis, Universidade Federal de Uberlândia, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/12620>>. Acesso em: 12 maio 2020.

IMPERATORI, T. K. A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira. **Serv. soc. soc**, n. 129, p. 285-303, 2017. Doi: 0S.059S:S0S0-6628.0S9.

LEITE, S. F.; CAMARGO PALMEN, S. H. As metas do Plano Nacional de Educação (2014-2024) para a Educação Básica: um estudo preliminar da região dos cerrados do

centro-norte do Brasil. **Revista Exitus**, v. 7, n. 1, p. 35-54, 2017. Doi: doi.org/10.24065/20177ID184.

LIMA, P. G. Alfabetização, gestão escolar e políticas educacionais no Brasil: diálogos e discussões. **Laplage em Revista**, v. 4, n. 2, p. 1-2, 2018. Doi: doi.org/10.24115/S2446-6220201842468p.1-2.

MEDEIROS FILHO, A. E. C.; SILVA, L. S.; SILVA, P. H. R.; SOUSA, L. A.; PONTES JUNIOR, J. A. F. Fatores de escolaridade associados ao desempenho dos estudantes de Educação Física no ENADE. **Revista@mbienteeducação**, v. 13, n. 1, p. 44-57, 2019. Doi: doi.org/10.26843/ae19828632v13n12020p44a57.

MOLETA, D.; RIBEIRO, F.; CLEMENTE, A. Fatores determinantes para o desempenho acadêmico: uma pesquisa com estudantes de Ciências Contábeis. **Revista Capital Científico-Eletrônica (RCCe)**, v. 15, n. 3, p. 24-41, 2017. Doi: 10.5935/2177-4153.20170019.

NOGUEIRA, E. D. A.; TSUNODA, D. F. Mineração de dados para análise da relação entre as características socioeconômicas de concluintes do Ensino Superior e o desempenho desses estudantes no ENADE 2012. **Percursos**, v. 15, n. 1, p. 245-268, 2015. Disponível

em:<<https://web.b.ebscohost.com/abstract?direct=true&profile=ehost&scope=site&authType=crawler&jrnl=1678569X&AN=117468474>>. Acesso em: 12 maio 2020.

NUNES, E. O. **Educação superior no Brasil: Estudos, debates, controvérsias**. Editora Garamond, 2018.

OLIVEIRA, A. S. R.; SILVA, I. R. Indicadores educacionais no Ensino Superior brasileiro: possíveis articulações entre desempenho e características do alunado. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas, v. 23, n. 1, p. 157-177, mar. 2018. Disponível

em:<<http://www.repositorio.ufop.br/handle/123456789/10428>>. Acesso em: 12 maio 2020.

OLIVEIRA, C. H. M.; SANTOS, F. R. T.; LEITINHO, J. L.; FARIAS, L. G. A. T. Busca dos fatores associados à evasão. **Revista Internacional de Educação Superior**, v. 5, p. e019006, 2019. Doi: doi.org/10.20396/riesup.v5i0.8652897.

RASUL, S.; BUKHSH, Q. A study of factors affecting students' performance in examination at university level. **Procedia-Social and Behavioral Sciences**, v. 15, p. 2042-2047, 2011. Doi: doi.org/10.1016/j.sbspro.2011.04.050.

ROWE, D. E. O. **Múltiplos comprometimentos e suas relações com o desempenho: um estudo entre docentes do ensino superior brasileiro em IES públicas e privadas**. 242 f. Tese (Doutorado em Administração) - Universidade Federal da Bahia. Escola de Administração, 2008. Disponível em:<<https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/24607>>. Acesso em: 05 jun. 2020.

SCHLESENER, A. H.; PEREIRA, M. F. R. Expansão da educação superior no Brasil: Notas sobre seus limites e possibilidades. **Revista Internacional de Educação Superior**, v. 36, n. 131, p. 361-390, 2015. Doi: <https://doi.org/10.22348/riesup.v2i3.7682>.

SOUZA, A. C.; BRANDALISE, M. Â. T. Política de cotas e democratização do ensino superior: a visão dos implementadores. **Revista Internacional de Educação Superior**, v. 3, n. 3, p. 515-538, 2017. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6324937>>. Acesso em: 12 maio 2020.

THOMAS, J. R.; NELSON, J. K.; SILVERMAN, S. J. **Métodos de pesquisa em atividade física**. 6. ed. Porto Alegre: Artmed. 2012.

WAINER, J.; MELGUIZO, T. Políticas de inclusão no Ensino Superior: avaliação do desempenho dos alunos baseado no ENADE de 2012 a 2014. **Educação e Pesquisa**, v. 44, p. 162807, 2018. Doi: <https://doi.org/10.1590/s1517-9702201612162807>.

WINDING, T. N.; ANDERSEN, J. H. Socioeconomic differences in school dropout among young adults: the role of social relations. **BMC public health**, v. 15, n. 1, p. 1054, 2015. Disponível em: <<https://link.springer.com/article/10.1186/s12889-015-2391-0>>. Acesso em: 12 maio 2020.